



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1013601-17.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença Prêmio**
 Requerente: **Daniel Alves Lourenço**
 Requerido: **Procuradoria Regional se São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação na qual a parte autora alega que é ex-policia militar e, ao tempo do desligamento da Corporação, não usufruiu de todos os períodos aquisitivos de licença prêmio, remanescendo 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1988/ a 08/10/1993; 90 dias, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1993 a 08/10/1998; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/1998 a 08/10/2003; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/2003 a 11/10/2008 e 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 12/10/2008 a 08/10/2013. Requer a procedência do pedido, com a condenação da requerida ao pagamento do valor referente à licença-prêmio não gozada, no importe de R\$46.975,05 devidamente corrigido.

Acompanharam a inicial os documentos de pp. 08/11.

Citada, a Fazenda Pública apresentou contestação (pp. 17/40). Preliminarmente, alega: (a) ilegitimidade passiva, porque o vínculo do autor deixou de ter natureza administrativa, passando a ter natureza previdenciária, sendo sua relação jurídica com a SPPREV; (b) prescrição parcial. No mérito, sustenta inexistência do direito ao pagamento da licença-prêmio não gozada. Subsidiariamente, impugnou o cálculo apresentado pela parte autora. Por fim, requer sejam aplicadas as disposições do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97 quanto aos juros de mora e à correção monetária, bem como impugnou a Justiça Gratuita.

Houve réplica (pp. 62/65).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva alegada, Isto porque o autor pretende o pagamento de indenização relativa à licença prêmio não usufruída, durante o período em que estava na ativa. Como se vê, a causa de pedir se refere à época em que o autor ainda não havia se aposentado. Evidente, portanto, que a relação jurídica deu-se entre o requerente e a Fazenda Pública.

Assim já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

ILEGITIMIDADE PASSIVA. A SPPREV não possui legitimidade para a demanda que envolve relação jurídica anterior à inatividade do Autor, sendo responsável apenas a Fazenda do Estado de São Paulo. Aplicação do art. 485, VI, do NCPC. (...) SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Licença-prêmio. Extensão dos benefícios aos servidores regidos pela Lei 500/74. Admissibilidade. Consoante Lei Complementar nº 180/78 e Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 118.453-5/2-01 o servidor estadual têm o direito ao benefício da Licença-prêmio. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Inativo. Licença-prêmio não gozada. Conversão em pecúnia. Admissibilidade. Com a aposentadoria do servidor, a licença a que faz jus deve ser indenizada, sob pena de locupletamento ilícito por parte da Administração (...). (TJ/SP. Relator(a): Cláudio Augusto Pedrassi; Comarca: Praia Grande; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 12/04/2016; Data de registro: 13/04/2016).

Não há prescrição, uma vez que o lapso prescricional começa a fluir a partir da data da sua aposentação.

Nesse sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. FÉRIAS NÃO GOZADAS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458, II, E 535, I E II, DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ART. 269, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SÚMULA 83/STJ. APLICABILIDADE À ALÍNEA "A" DO ART. 105, III,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

DA CF/1988. (...) 3. **O termo inicial da prescrição do direito de pleitear indenização referente a férias não gozadas tem início com o ato de aposentadoria.** Precedentes do STJ. 4. A Súmula 83 do STJ, a despeito de referir-sesomente à divergência pretoriana, é perfeitamente aplicável à alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal. Precedentes do STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (STJ. AgRg no AREsp 606.830/MS, rel. MIN. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. em 03.02.2015, DJe 12.02.2015).

O autor se aposentou em 29/04/2016 (p. 10), tendo ingressado com a ação 14/12/2107.

Deixo de apreciar a impugnação da assistência judiciária, uma vez que que o pedido de concessão dos benefícios da A.J.G. foi indeferido.

Inexistem outras preliminares a serem analisadas. As partes são legítimas, estão bem representadas e inexistem irregularidades ou vícios a serem sanados. Passo, então, ao exame do mérito.

A controvérsia gira em torno do direito da parte autora em ser indenizada pelo tempo correspondente à licença-prêmio referente a período aquisitivo não fruído enquanto em atividade junto à ré.

Afirma que não usufruiu licença-prêmio dos seguintes blocos aquisitivos: 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1988/ a 08/10/1993; 90 dia, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1993 a 08/10/1998; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/1998 a 08/10/2003; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/2003 a 11/10/2008 e 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 12/10/2008 a 08/10/2013, portanto, faz jus ao recebimento em pecúnia dos dias do benefício.

De início, importa observar que não há por, parte da FESP, qualquer impugnação quanto a não fruição, pela parte autora, do período mencionado nos autos, motivo pelo qual o fato se tornou incontroverso.

Ademais, a certidão de p.10 dá conta da existência do crédito.

No mais, esclareça-se que não se trata de simples conversão do período aquisitivo de licença-prêmio em pecúnia, o que é vedado pela legislação em regência, mas sim de indenização pela não fruição do benefício.

Considerando que a parte autora não usufruiu a licença prêmio e já não está na Corporação, inegável o seu direito ao recebimento em pecúnia, em prestígio ao princípio que veda o enriquecimento sem causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Com o desligamento da Corporação, o direito à licença prêmio não gozada, para o Poder Público, transforma-se em obrigação pecuniária.

Neste sentido é a Jurisprudência:

"POLICIAL MILITAR INATIVO LICENÇA-PRÊMIO – CONVERSÃO EM PECÚNIA - Admissibilidade - Não tendo o servidor gozado período de licença-prêmio e os dias de dispensa-recompensa, quando em atividade, deve o Estado indenizá-la em pecúnia - Inocorrência de prescrição. Recurso impróvido" (Apelação 0026196-62.2011.8.26.0053, 7ª Câmara de Direito Público, Relator Moacir Peres).

"LICENÇA PRÊMIO Primeiro Sargento reformado da Polícia Militar. Direito de perceber, em dinheiro, o valor correspondente ao período não usufruído quando em atividade. Incidência do princípio que veda o enriquecimento sem causa. Caráter indenizatório da pretensão. Recursos (voluntário da Fazenda e reexame necessário) aos quais se nega provimento" (TJSP, Ap. 207.358.5/0-00, 8ª Câ. "A" de Dir. Pub., j. 28.6.2006, v.u., rel. Dês. Mourão Neto).

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento da quantia de 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1988/ a 08/10/1993; 90 dias, referentes ao bloco aquisitivo 05/10/1993 a 08/10/1998; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/1998 a 08/10/2003; 30 dias, referentes ao bloco aquisitivo 09/10/2003 a 11/10/2008 e 60 dias, referentes ao bloco aquisitivo 12/10/2008 a 08/10/2013, cujo valor será apresentado pela parte vencedora, no cumprimento de sentença, com base nos vencimentos vigentes na data de sua aposentadoria.

A atualização monetária deverá ser feita de acordo com o IPCA-E, a contar da data da concessão da aposentadoria e, juros de mora, a contar da citação, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

pelo STF, em sede de cumprimento de sentença deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

O requerimento de cumprimento de sentença deverá vir instruído com memória de cálculo que atenda aos requisitos do art. 534 do CPC/2015.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P.I.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2018.